

# Rui garante que vai reaver R\$ 49 milhões pagos por respiradores

RODRIGO DANIEL SILVA  
REPÓRTER

O governador Rui Costa (PT) disse, ontem, que vai reaver os R\$ 49 milhões perdidos com compra de respiradores. Uma empresa da Califórnia, nos Estados Unidos, negociou 600 ventiladores pulmonares, mas não entregou os produtos. A aquisição dos equipamentos foi feita para atender as demandas de estados do Nordeste por causa da pandemia do coronavírus, e a Bahia representou a região no acordo.

O presidente da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-China, Charles Andrew Tang, chegou a di-

zer que o governo baiano não iria recuperar o dinheiro porque a empresa americana não existe. Ontem, Rui rebateu esta declaração. "Eu acho que o presidente da Câmara Brasil-China é a pessoa apropriada para falar da idoneidade de empresas chinesas. Não de empresa americana. Eu quero reafirmar que nos contatos, inclusive, feitos hoje (ontem) com a empresa, que temos o contrato e não cumpriu os prazos, (a empresa) voltou a reafirmar que até sexta-feira a devolução dos recursos será feita ao governo do Estado da Bahia. E já fez o anúncio no contato com o Estado que abrirá uma ação indenizatória para processar deles. Quando o recurso

estiver no governo do Estado, o governo do Estado da Bahia vai acionar com ação penal e indenizatória a todos que divulgaram calúnia ou difamação sobre qualquer ação do Estado. Infelizmente, há um verdadeiro estímulo nacionalmente para que calúnias, mentiras e notícias falsas sejam espalhadas pelo Brasil afora, e nós estamos entrando com diversas ações penais e representações também no Ministério Público para que o Ministério Público agir. Em tempo de pandemia, o que nós precisamos é ter outro ambiente no Brasil, de seriedade, de cooperação. Onde muitos buscassem ajudar, mas infelizmente muitos estão procurando tumultuar, mentir e caluniar", declarou o governador, em



O GOVERNADOR Rui Costa (PT) disse, ontem, que vai reaver os R\$ 49 milhões perdidos com compra de respiradores

entrevista à TV Bahia.

Ontem, por meio de carta enviada ao secretário estadual da Saúde, Fábio Vilas-Boas, Charles Andrew Tang disse que falou "genericamente sobre os episódios, reportados pela mídia, encontrados por vários estados na compra de respiradores". "Da mesma maneira que comentei sobre os problemas noticiados sobre

outros estados, escutei dizer que a Bahia tinha comprado respiradores de empresa americana que não existia", emendou Tang.

Rui Costa afirmou ainda desconhecer o procedimento aberto pelo Ministério Público da Bahia (MP-BA) para investigar possíveis de irregularidades na compra de respiradores pelo governo do Estado. "Estou sabendo

dessa informação por você (o jornalista) ao vivo aqui na TV. (...) Não sei se o secretário foi notificado. Estou sendo informado aqui ao vivo. Vou tomar a informação, mas está tudo transparente (...) Queremos transparência total porque não temos nada a esconder. Quanto mais transparência, quanto mais fiscalização, mais confiança teremos da população", salientou, ao ressaltar que montou um comitê da transparência com a participação do Ministério Público e o Tribunal de Contas para fiscalizar a compra dos equipamentos usados na pandemia.

O chefe do Executivo baiano declarou ainda que vai "ignorar" o decreto do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) que amplia os serviços essenciais. Pelo texto, salão de beleza, barbeiras e academias de ginásticas também são atividades consideradas essenciais. "As nossas medidas restritivas serão mantidas respeitando critérios científicos reconhecidos mundialmente. A Bahia vai ignorar as novas diretrizes do governo federal. Manteremos nosso padrão de trabalho e responsabilidade. O objetivo é salvar vidas. Não iremos nos afastar disso", escreveu o governador, em sua rede social.

## VOTAÇÃO

# AL-BA aprova regulamentação de abono para servidores



A AL-BA aprovou o projeto de lei que regulamenta o abono permanência a servidores estaduais

Depois de um questionamento da bancada de oposição, a Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA) alterou um ato interno para permitir a votação de todas e quais matérias legislativas por meio de sessões virtuais. A nova medida, que valerá até quando perdurar a situação de distanciamento social causada pelo coronavírus, foi publicada no Diário Oficial do Legislativo de ontem.

Os deputados estaduais iriam votar o projeto de lei sobre o abono de permanência do funcionalismo público estadual quando os opositoristas levantaram a questão se poderia haver a apreciação de proposta que não tratasse sobre a pandemia. O líder do gover-

no na AL-BA, Rosemberg Pinto (PT), então, defendeu regulamentar a situação para "não gerar nenhuma dúvida".

Pelo novo ato, as sessões virtuais terão que ser convocadas para dia e horário previamente comunicado com antecedência mínima de 24 horas. Cada encontro por videoconferência deverá ter duração máxima de seis horas, com prorrogação a critério da Presidência.

Ontem, os parlamentares aprovaram, com emendas, o projeto de lei que restringe o abono permanência, benefício a que fazem jus policiais e os funcionários públicos estaduais que atingem as condições de aposentadoria, mas permanecem no serviço ativo.

Relatado pelo deputado Paulo Rangel (PT), o texto aprovado foi quase um substitutivo, segundo a assessoria de comunicação da AL-BA, pois alterou de forma significativa a proposta original que reconhecia o direito adquirido, mas vedava a concessão de novos abonos permanência – incentivo para retardar a aposentadoria do funcionalismo civil e militar. O fim do dispositivo, que livra do desconto previdenciário de 14% aqueles que permanecerem na ativa, chegou a dividir a bancada governista.

Agora, permanece o benefício para funcionários que já estão em gozo do abono permanência, mas até primeiro de janeiro de 2022 nenhum caso novo será ad-

mitido. A partir daí fica estabelecido um teto nos três poderes e no Ministério Público para a concessão de novos abonos, que não poderá ultrapassar 10% do quadro total de servidores efetivos em cada um dos três poderes e do MP. Fica também proibido qualquer pagamento retroativo aos beneficiados.

Ontem, o presidente da AL-BA, Nelson Leal (PP), afirmou ainda que para esvaziar a pauta vai convocar sessões extraordinárias entre os dias 14 e 18 de maio. "A AL-BA continua cumprindo o seu papel constitucional de legislar e de apreciar as propostas legislativas apresentadas pelo Legislativo e pelo Executivo", disse o presidente Nelson Leal.

# ACM Neto diz que Salvador não seguirá decreto de Bolsonaro

GUILHERME REIS  
EDITOR DE POLÍTICA, COM  
ESTADÃO CONTEÚDO

O prefeito de Salvador, ACM Neto (DEM), disse na manhã de ontem que a cidade não seguirá o decreto do presidente Jair Bolsonaro, que tornou salões de beleza e academias atividades essenciais durante a pandemia do novo coronavírus. O governador da Bahia, Rui Costa (PT), também chegou a informar que o Estado também não cumpriria a orientação federal.

"O Supremo já decidiu

que prefeitos e governadores têm absoluta autonomia. É mais uma decisão do presidente que não conta com a nossa concordância. Não há hipótese de ter o retorno de salões de beleza e academias", disse, durante a inauguração de um hospital de campanha na área do Wet'n Wild, na Avenida Luis Viana Filho (Paralela).

O decreto de Bolsonaro pegou de surpresa o ministro da Saúde, Nelson Teich, anteontem. "Isso aí... Sabei hoje isso?", questionou Teich ao ser indagado sobre a decisão do presi-

dente durante entrevista coletiva no Palácio do Planalto.

Teich minimizou o episódio dizendo que esta não é atribuição da sua pasta, e sim do presidente e do Ministério da Economia, mas que a medida ainda pode ser revista após considerações da Saúde. "Não passou pela gente. A decisão de atividades essenciais é definida pelo Ministério da Economia", disse. Antes da declaração, o ministro da Saúde consultou o secretário executivo, general Eduardo Pazuello.

Ao anunciar o decreto,



ACM NETO disse na manhã de ontem que a cidade não seguirá o decreto do presidente Jair Bolsonaro

o chefe do Palácio do Planalto argumentou que academia é importante no período da quarentena para preservar a saúde das pessoas. "Academia é vida. As pessoas vão aumentando o colesterol, tem problema de estresse.

(Com a academia) vai ter uma vida mais saudável", disse, complementando que ir ao cabelereiro é uma questão de higiene. "A questão de cabelereiro também. Fazer cabelo e unhas é questão de higiene."

## HOSPITAL

A unidade de alta complexidade inaugurada por ACM Neto ontem possui duas tendas, sendo que uma delas, totalmente equipada, já atende pacientes com a Covid-19 a partir da tarde de hoje. No entanto, o atendimento não será de demanda aberta, ou seja, será feito apenas aos encaminhados pelo sistema de regulação. Nesta primeira fase, são oferecidas 50 vagas de UTI e outros 40 leitos clínicos – estes para casos de menor gravidade. O serviço é administrado pela Associação Saúde em Movimento (ASM), vencedora da licitação municipal.

# 'Prorrogação de auxílio é assunto para Guedes'

ESTADÃO CONTEÚDO

O presidente Jair Bolsonaro disse ontem que a possibilidade da prorrogação do pagamento do auxílio emergencial de R\$ 600 durante a pandemia de covid-19 é assunto para o Ministério da Economia. "Quem fala sobre Economia (prorrogação do auxílio) é o Paulo Guedes. Cada R\$ 600 (a mais) significam R\$ 30 bilhões (de gastos)", disse Bolsonaro a jornalistas no momento em que ele esteve na rampa do Palácio do Planalto.

Ele evitou comentar sobre quando irá sancionar o pacote de socorro a Estados e municípios aprovado no Congresso e se irá vetar ou não a permissão para ajuste salarial a várias categorias de funcionários públi-

cos que teriam salários congelados até o final de 2021.

A suspensão dos reajustes seria a contrapartida de governos para receberem os recursos, um total de R\$ 60 bilhões do Tesouro, além da suspensão da dívida. Durante a tramitação da proposta no Congresso, no entanto, alguns setores foram excluídos do congelamento de salários.

Indagado sobre como avaliava o fato de o ministro da Saúde, Nelson Teich, ter sido informado pela imprensa da edição do decreto presidencial para que mais áreas - como salões de beleza, barbeiros e academias - fossem consideradas essenciais e autorizadas a funcionar durante a pandemia, Bolsonaro respondeu apenas que essa "ampliação é competência minha e do Executivo".

O presidente reafirmou que Estados e municípios que não quiserem cumprir a medida deverão buscar suporte na justiça ou no Congresso, por meio de um projeto.

Centrão - Mais novo aliado do presidente Jair Bolsonaro, o bloco de partidos chamado de Centrão quer um governo mais "gastador" e promete pressionar a equipe econômica para abrir os cofres por meio de propostas no Congresso, destaca o jornal O Estado de S. Paulo. A ala política do governo reconhece que precisará fazer acenos e conceder vitórias aos parlamentares para consolidar a aliança.

A ordem até o momento, no entanto, é evitar uma "flexibilização radical" que coloque em xeque a agenda liberal e de austeridade

do ministro da Economia, Paulo Guedes. Um "cavalo de pau" na economia neste momento poderia significar o desembarque de Guedes, o que só arranharia a imagem do governo Bolsonaro enquanto o presidente ainda busca sobreviver às crises econômica e política deflagradas pela pandemia do novo coronavírus e pelas acusações de tentativa de interferência na Polícia Federal.

Nas últimas semanas, Guedes recebeu em diferentes ocasiões o respaldo público do presidente após ter entrado na mira do "fogo amigo" por insistir no discurso de manutenção da política de ajuste fiscal na fase pós-crise. Mas o Centrão, fortalecido por Bolsonaro, deve continuar buscando a aprovação de medidas de seu interesse no Congresso.



JAIR BOLSONARO disse ontem que a possibilidade da prorrogação do pagamento do auxílio emergencial de R\$ 600 durante a pandemia de covid-19 é assunto para Guedes